Durante o referido prazo, contado a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*, poderão os interessados apresentar por escrito as suas reclamações, observações ou sugestões e pedidos de esclarecimentos relativamente à pretendida operação urbanística, as quais serão posteriormente objecto de resposta fundamentada perante aqueles que invoquem, designadamente:

- a) A desconformidade com instrumentos de gestão territorialmente eficazes;
- b) A incompatibilidade com planos, programas e projectos que devessem ser ponderados em fase de elaboração;
- c) A desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis; e
- d) A eventual lesão de direitos subjectivos.

Mais se torna público que o processo respeitante à operação de loteamento, acompanhado da informação técnica elaborada pelos respectivos departamentos técnicos municipais, bem como de eventuais pareceres, autorizações ou aprovações emitidas por entidades externas ao município, encontra-se disponível, para consulta, na Divisão Administrativa de Apoio aos Departamentos Técnicos de Obras, sita no Edifício do Pópulo, Braga.

6 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Soares Mesquita Machado*.

2611062821

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO DAIRE

Aviso n.º 22 409/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público, que por despacho da signatária de 31 de Outubro de 2007, com efeitos a partir desta data, no uso da competência que lhe é conferida pelo disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e na sequência do concurso aberto no aviso afixado no edifício dos Paços do Município em 28 de Setembro de 2007, foi nomeado para ocupar o lugar de técnico principal da carreira de engenheiro técnico Arlindo Augusto Matias Pereira.

O nomeado tem o prazo de 20 dias para aceitação da nomeação, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

31 de Outubro de 2007. — A Presidente da Câmara, *Maria Eulália Silva Teixeira*.

2611063097

CÂMARA MUNICIPAL DA CHAMUSCA

Aviso (extracto) n.º 22 410/2007

Torna-se público que, por meu despacho de 31 de Julho de 2007, João Rui Moreira Guita foi nomeado secretário do vice-presidente Francisco Manuel Petisca Matias, com efeitos a partir do dia 1 de Agosto de 2007, com fundamentação constante do referido despacho.

2 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Sérgio Morais da Conceição Carrinho*.

2611062817

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES

Despacho n.º 26 266/2007

Para os devidos efeitos, faz-se público que, por meu despacho de 29 de Outubro de 2007 e nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, foi nomeada, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, no cargo de chefe de divisão de Educação e Desporto Lúcia Felisbela Silva Pereira Pinto, por possuir as competências adequadas às exigências do cargo a prover e reunir os requisitos legais e especiais referidos no aviso de abertura do procedimento concursal, bem como os definidos no artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de

20 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, com efeitos a partir do presente despacho de nomeação.

30 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *João Gonçalves Martins Batista*.

Nota curricular

Nome — Lúcia Felisbela Silva Pereira Pinto.
Data de nascimento — 5 de Março de 1964.
Habilitações académicas — licenciatura em Serviço Social.
Experiência profissional:

De Janeiro a Fevereiro de 1988 — adjunta de coordenação do Programa OTL no Instituto de Emprego e Formação Profissional (DRM);

De Janeiro de 1989 a Agosto de 1990 — técnica superior de serviço social em regime de contrato a termo certo no Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal de Montalegre;

De Setembro de 1990 a Junho de 1994 — técnica superior de serviço social em regime de contrato a termo certo e avença no Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal de Chaves;

30 de Março de 1995 — nomeada responsável pelo Núcleo de Recursos Humanos no município de Chaves;

1 de Julho de 1994 — ingressou no quadro de pessoal da Câmara Municipal de Chaves com a categoria de técnica superior de 2.ª classe — serviço social;

1 de Março de 2007 — nomeação em regime de substituição para exercício das funções correspondentes ao cargo de chefe de divisão de Educação e Desporto.

2611062909

CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES

Anúncio n.º 7789/2007

Verificando-se a necessidade de manter ao serviço a auxiliar de serviços gerais Maria Felicidade Melo da Costa, contratada a termo resolutivo certo em 1 de Novembro de 2006, determino nova renovação do contrato de trabalho respectivo, por mais seis meses, com início em 1 de Novembro de 2007.

23 de Outubro de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *Agostinho Gomes Amaral Freitas*.

2611063016

CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA

Aviso n.º 22 411/2007

Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de técnico profissional de contabilidade e administração de 2.ª classe

1 — Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal 27 de Junho de 2007, se encontra aberto concurso externo de ingresso, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, para provimento de um lugar de técnico profissional de contabilidade e administração de 2.ª classe.

2 — Legislação aplicável — ao presente concurso aplicam-se as disposições dos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, 353-A/89, de 16 de Outubro, com as respectivas alterações, 404-A/98, de 18 de Dezembro, e 412-A/98, de 30 de Dezembro, da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, e pela Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

3 — Foi dado cumprimento ao disposto no artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, e verificou-se a inexistência de pessoal na bolsa de emprego público, conforme declaração de inexistência enviada através do ofício n.º 5321, de 27 de Julho de 2007.

4 — Prazo de validade — o concurso é válido apenas para provimento do lugar posto a concurso, caducando com o seu preenchimento.

5 — Remuneração e outras condições de trabalho — o titular do lugar a prover será remunerado pelo índice 199, escalão 1, a que corresponde o vencimento ilíquido de € 650,23, tendo em conta o disposto no Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, na nova redacção do Decreto-Lei n.º 404-A/89, de 18 de Dezembro, e Decreto-Lei n.º 412-A/89, de 30 de Dezembro, e Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, sendo-lhe aplicável, no que concerne às regalias sociais e con-

dições de trabalho, as normas genericamente vigentes para os funcionários da administração local.

6 — Local de trabalho — as funções correspondentes ao lugar a prover serão desempenhadas na Câmara Municipal da Guarda.

7 — Conteúdo funcional do lugar a prover — despacho n.º 3223/2002, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 11 de Fevereiro de 2002.

8 — Requisitos de admissão ao concurso — só são admitidos a concurso os candidatos que satisfaçam as seguintes condições:

8.1 — Requisitos gerais — os enumerados no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, designadamente:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo os casos exceptuados com lei especial ou convenção nacional;
- b) Ter idade não inferior a 18 anos;
- c) Possuir as habilitações literárias legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

8.2 — Requisitos especiais — são requisitos especiais de admissão legalmente exigidos os adequados à função de técnico profissional de contabilidade e administração, de acordo com a alínea *d*) do artigo 6.º da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho (curso tecnológico, curso das escolas profissionais, curso das escolas especializadas de ensino artístico, curso que confira certificado de qualificação profissional de nível III, definida pela Decisão n.º 85/368/CEE, do Concelho das Comunidades Europeias, de 16 de Julho, ou curso equiparado).

9 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar serão os seguintes:

- 1.ª fase — avaliação curricular;
- 2.ª fase — prova de conhecimentos gerais escrita teórica (com carácter eliminatório);
- 3.ª fase — entrevista profissional de selecção.

9.1 — Avaliação curricular (*AC*) — visa avaliar as aptidões profissionais do candidato na área para que o concurso é aberto com base na análise do respectivo currículo profissional, em que serão considerados e ponderados os factores de acordo com as exigências da função pela seguinte fórmula:

$$AC = HL + FP + EP/3$$

em que:

HL = habilitação literária;
FP = formação profissional;
EP = experiência profissional.

A classificação dos candidatos será atribuída com base numa escala de 0 a 20 valores.

9.2 — Prova de conhecimentos (*PC*) — os candidatos admitidos serão sujeitos a uma prova teórica escrita de conhecimentos gerais e específicos com carácter eliminatório, que será classificada numa escala de 0 a 20 valores, sendo eliminados os candidatos que obtenham, nesta fase, classificação inferior a 9,5 valores.

A prova será escrita, revestirá natureza teórica, terá a duração de duas horas e será cotada numa escala de 0 a 20 valores e versará sobre conhecimentos gerais e específicos, obedecendo ao seguinte programa de provas, aprovado por despacho da presidente de 27 de Junho de 2007:

Conhecimentos gerais:

Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;

Acesso aos documentos da administração — Lei n.º 65/93, de 26 de Agosto, alterada pelas Leis n.ºs 8/95, de 29 de Março, e 94/99, de 16 de Julho;

Carta Deontológica do Serviço Público — aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/93, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 64, de 7 de Março de 1993;

Quadro das competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias — Lei n.º 169/99, de 8 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Junho;

Conhecimentos específicos:

POCAL — Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e suas alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Julho, e pelos Decretos-Leis n.ºs 315/2000, de 2 de Dezembro, e 84-A/2002, de 5 de Abril;

Lei das Finanças Locais — Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro; Classificador geral dos bens do Estado — CIBE — Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

9.3 — Entrevista profissional de selecção (*EPS*) — os candidatos aprovados na sequência da aplicação dos métodos anteriormente definidos serão convocados para uma entrevista profissional de selecção, a qual terá a duração máxima de quinze minutos e visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

Na entrevista profissional de selecção serão ponderados e classificados, numa escala de 0 a 20 valores, os seguintes factores de avaliação:

9.4 — A classificação final dos candidatos, a atribuir numa escala de 0 a 20 valores, será obtida através da fórmula:

$$CF = AC + PEC + EPS/3$$

em que:

CF = classificação final;
AC = avaliação curricular;
PEC = prova de escrita de conhecimentos;
EPS = entrevista profissional de selecção.

9.5 — Consideram-se não aprovados os candidatos que na classificação final obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

9.6 — Os critérios de apreciação e ponderação e os respectivos níveis de avaliação dos métodos de selecção a utilizar no presente concurso, bem como o sistema de classificação final e fórmulas classificativas, constam de actas de reunião do júri, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que o solicitarem.

10 — Constituição do júri:

Presidente — Dr. Vítor Manuel Fazenda dos Santos, vereador do município da Guarda.

Vogais efectivos:

1.º Dr. José Alberto Sales Afonso, director do Departamento Financeiro do município da Guarda.

2.º Dr.ª Amélia Maria Marques Simão da Silva, chefe da Divisão de Finanças do município da Guarda.

Vogais suplentes:

1.º José Joaquim Marques Teixeira, técnico profissional de contabilidade e administração principal do município da Guarda.

2.º Maria Isabel Gonçalves dos Reis, técnica profissional de contabilidade e administração principal do município da Guarda.

10.1 — O 1.º vogal efectivo substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

11 — A lista dos candidatos admitidos, bem como a lista de classificação final, contendo a respectiva graduação, serão afixadas no *placard* da Divisão de Recursos Humanos (DRH), sito na Praça do Município, desta cidade.

12 — Formalização de candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento elaborado em folhas normalizadas, brancas ou de cores pálidas de formato A4, ou papel contínuo, dirigido ao presidente da Câmara Municipal da Guarda e entregue pessoalmente na Divisão de Recursos Humanos, Praça do Município, 6301-854 Guarda, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, para a morada indicada, no prazo fixado.

12.1 — Do requerimento de admissão, deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, naturalidade, nacionalidade, filiação, estado civil, data de nascimento, residência, código postal, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu e número fiscal de contribuinte);

b) Habilitações literárias;

c) Situação profissional — categoria, serviço e local onde desempenha funções (no caso dos candidatos já vinculados à função pública);

d) Concurso a que se candidata, com identificação do mesmo, mediante referência ao número e data do *Diário da República* onde se encontra o presente aviso;

e) Declaração, sob compromisso de honra e em alíneas separadas, da situação precisa em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos gerais, no caso de não apresentar documentos comprovativos dos mesmos;

f) Quaisquer outros elementos que o candidato entenda passíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal, os quais todavia só poderão ser tidos em consideração pelo júri se devidamente comprovados.

12.2 — O requerimento deverá ser acompanhado, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- a) Fotocópia do bilhete de identidade;
- b) Documento comprovativo das habilitações literárias legalmente exigíveis;
- c) *Curriculum vitae* detalhado, devidamente datado e assinado;
- d) Documentação respeitante aos requisitos gerais de admissão ao concurso a que alude o artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, a que se refere o n.º 8.1 do presente aviso, sendo dispensada a apresentação da mesma, com excepção da alínea c) — habilitações legalmente exigíveis — desde que os candidatos declarem nos respectivos requerimentos, sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente aos requisitos gerais.

12.3 — No caso dos candidatos já vinculados à função pública deverão apresentar declaração, emitida pelo serviço de origem da qual conste, inequivocamente, a natureza do vínculo, a carreira e a categoria detida.

12.4 — Os candidatos deverão igualmente juntar os documentos comprovativos das declarações prestadas no *curriculum vitae*, designadamente da experiência profissional e da formação profissional sob pena de as mesmas não serem consideradas, aquando da avaliação curricular.

13 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

14 — No termos do n.º 4 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, não é admitida a junção de documentos que pudessem ter sido apresentados dentro do prazo previsto para entrega de candidaturas.

15 — Quota de emprego para pessoas deficientes:

15.1 — O candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, que prevalece sobre qualquer outra preferência legal, nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro.

15.2 — Para efeitos de admissão ao concurso, os candidatos com deficiência devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e o tipo de deficiência.

15.3 — É dispensada a apresentação imediata do documento comprovativo do grau de incapacidade e tipo de deficiência.

15.4 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

16 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

23 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Carlos Dias Valente*.

2611062857

Aviso n.º 22 412/2007

Anulação de concurso externo geral de ingresso

Relativamente ao aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 164, de 26 de Agosto de 2005, para admissão de sete cantoneiros, foi o mesmo anulado, por despacho do signatário em 31 de Outubro de 2007, pelos motivos nele constantes.

2 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Carlos Dias Valente*.

2611062857

Aviso n.º 22 413/2007

Renovação de contratos de trabalho a termo resolutivo certo

Torna-se público que, por despacho do vereador da Câmara Municipal da Guarda Vítor Manuel Fazenda dos Santos de 2 de Novembro

de 2007, no uso de delegação de competências, e nos termos do n.º 1 do artigo 139.º do Código do Trabalho, em conjugação com o n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, foram renovados os contratos de trabalho a termo resolutivo certo, por mais um ano, com os seguintes trabalhadores:

João António Cardoso Costa, na categoria de motorista de ligeiros, com efeitos a partir de 15 de Novembro de 2007.

Joaquim Gaspar Lopes, na categoria de motorista de ligeiros, com efeitos a partir de 15 de Novembro de 2007.

Ricardo António Almeida Maio, na categoria de motorista de ligeiros, com efeitos a partir de 15 de Novembro de 2007.

(Processos isentos da fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Novembro de 2007. — O Vereador, *Vítor Manuel Fazenda dos Santos*.

2611063078

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA (AÇORES)

Aviso n.º 22 414/2007

Concursos internos de acesso geral

1 — Para os devidos efeitos, torna-se público que, em conformidade com o meu despacho de 30 de Agosto de 2007, se encontram abertos, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concursos internos de acesso geral para provimento dos seguintes lugares:

Grupo de pessoal administrativo:

Referência A — um lugar de assistente administrativo principal;

Grupo de pessoal operário qualificado:

Referência B — um lugar de operário qualificado principal (pintor);
Referência C — um lugar de operário qualificado principal (pedreiro);

Referência D — um lugar de operário qualificado principal (cana-lizador);

2 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, e 238/99, de 25 de Junho, e Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

3 — Validade dos concursos — os concursos visam exclusivamente o provimento das referidas vagas.

4 — Requisitos de admissão — poderão candidatar-se todos os funcionários, independentemente do serviço ou organismo a que pertençam, que reúnam, até ao termo do prazo de admissão de candidaturas, os requisitos previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, conjugado com os previstos no artigo 8.º, n.º 1, alínea a), para a carreira de assistente administrativo principal, e no artigo 14.º, n.º 2, para a carreira de operário qualificado principal, do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

5 — Formalização de candidaturas — mediante requerimento, dirigido ao presidente da Câmara e enviado pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, para a Câmara Municipal de Lagoa, Largo de D. João III, Santa Cruz, 9560-045 Lagoa (Açores), ou entregue pessoalmente na Secção de Pessoal desta Câmara Municipal, todos os dias úteis das 8 horas e 30 minutos às 16 horas e 30 minutos, dele devendo constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa;
b) Habilitações literárias;
c) Lugar a que se candidata, com referência ao *Diário da República* em que for publicado o aviso;

d) Identificação da categoria que o candidato detém, serviço a que pertence, natureza do vínculo, tempo de serviço efectivo na categoria, na carreira e na função pública e especificações das tarefas inerentes às respectivas funções;

e) Classificação de serviço dos últimos três anos para o concurso com referência A e seis anos para os restantes;

f) Quaisquer circunstâncias que os candidatos considerem passíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou constituírem motivo de preferência legal, devidamente comprovadas.

Ao requerimento deverão anexar o currículo profissional detalhado e assinado devidamente comprovado, bem como certificado de habilitações literárias, bilhete de identidade, cartão de contribuinte e, no caso de funcionários pertencentes a outros serviços, declaração emitida e autenticada pelo serviço de origem da qual conste a existência e natureza do vínculo à função pública, identificação da actual categoria e respectiva antiguidade e classificação de serviço nos últimos três ou seis anos, consoante o concurso. Os candidatos que sejam fun-